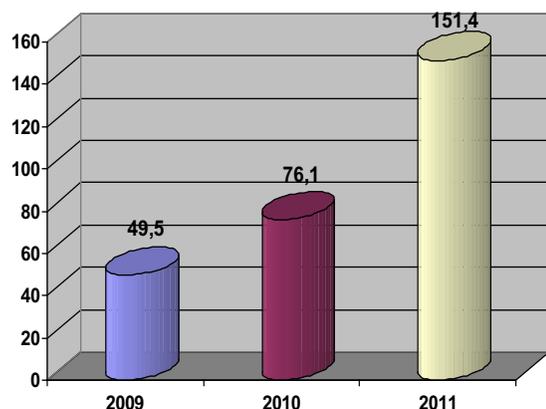


50 milhões.

Nos exercícios seguintes, 2010 e 2011, as receitas não financeiras alcançaram R\$ 11,374 bilhões e R\$ 12,432 bilhões respectivamente, enquanto o Tesouro Estadual deverá despendar em gastos não financeiros, nesses mesmos exercícios cerca de R\$ 11,298 bilhões e 12,281 bilhões, alcançando assim superávits primários de R\$ 76 e 151 bilhões. O crescimento do nível de resultado primário nesse período é oriundo do expressivo montante de captação de recursos de operações de crédito, que necessitará de geração de superávits maiores para fazer frente a elevação do serviço da dívida pública.

Resultado Primário – 2009 a 2011
R\$ milhões



Quanto ao **resultado nominal**, que mede a variação anual do estoque da dívida, prevê-se que a dívida fiscal líquida do Governo Estadual apresente em 2009, um crescimento de 9,15%, cerca de R\$ 176 milhões quando comparado ao exercício de 2008. Entretanto nos exercícios seguintes, a dívida líquida do Estado apresentará uma dinâmica decrescente passando de R\$ 1,981 bilhão em 2010 para R\$ 1,798 bilhão em 2011, o que pode ser mensurado pelo comportamento do resultado nominal que deverá apresentar nesses exercícios declínios de R\$ 126 milhões e R\$ 183 milhões respectivamente.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS**

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR
2009**

LRF, art. 4º § 2º, inciso I

R\$ milhares

Especificação	I - Meta Prevista 2007	% PIB	II - Meta Realizada - 2007	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor	%
Receita Total	6.664.087	15,49	7.923.924	17,94	1.259.837	18,90
Receita Não Financeira (I)	6.361.389	14,79	7.711.014	17,46	1.349.625	21,22
Despesa Total	6.664.087	15,49	7.588.902	17,18	924.815	13,88
Despesa Não Financeira (II)	6.311.868	14,68	7.341.005	16,62	1.029.137	16,30
Resultado Primário (I-II)	49.521	0,12	370.009	0,84	320.488	647,18
Resultado Nominal	160.260	0,37	(246.763)	(0,56)	(407.023)	(253,98)
Dívida Pública Consolidada	3.106.438	7,22	2.621.184	5,94	(485.254)	(15,62)
Dívida Consolidada Líquida	2.433.298	5,66	1.563.046	3,54	(870.252)	(35,76)

Fonte: SEFA/DICONF

Obs: PIB Estimado - R\$ 41.353.000 MIL

PIB Reestimado - R\$ 44.163.000 MIL

No exercício de 2006, a dinâmica de resultados positivos de cumprimento de meta fiscal contido na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) foi interrompida. O resultado primário, principal mensurador da saúde do setor público, apresentou um déficit de R\$ 60 milhões, quando a meta para aquele exercício era alcançar um superávit de R\$ 75 milhões. Além disso, o tesouro estadual só apresentou um resultado

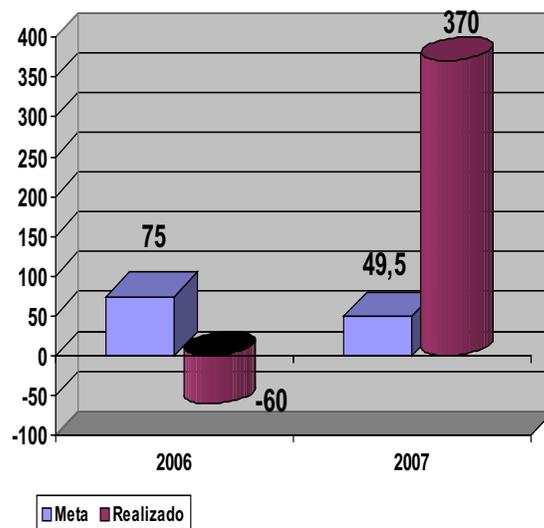
orçamentário positivo, em virtude da antecipação de cerca de R\$ 60 milhões, de recursos do primeiro decêndio de janeiro de 2007, provenientes do Fundo de Participação dos Estados e do Imposto sobre Produtos Industrializados, caso contrário o déficit orçamentário seria de R\$ 20 milhões.

Entretanto, no exercício de 2007, esse perfil fiscal é revertido, o Tesouro Estadual, apresentou receitas não financeiras na ordem de R\$ 7,711 bilhões, enquanto as despesas, também não financeiras, registraram R\$ 7,341 bilhões, produzindo assim um superávit primário de R\$ 370 milhões, quando a meta contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias era de R\$ 49,5 milhões.

Diversos fatores foram importantes na retomada do equilíbrio fiscal do Estado. Do lado das receitas, o reordenamento das ações fazendárias a intensificação na capacitação dos servidores do fisco e o direcionamento de investimentos em tecnologia da informação, foram fundamentais para a melhoria das ações de arrecadação e fiscalização, além disso, outras ações governamentais foram fundamentais para que os demais itens das receitas estaduais apresentassem crescimento suficiente para reversão da situação anterior.

Do lado dos gastos públicos, no sentido de evitar o descompasso fiscal ocorrido no exercício de 2006, foi necessário estabelecer, em 2007, mecanismos que buscasse equalizar receitas e despesas, e permitisse ao tesouro estadual, apresentar um resultado primário não só capaz de suportar o pagamento do serviço da dívida, como também, possibilitar um superávit financeiro suficiente para garantir o montante de recursos de contrapartida de operações de crédito para obras que deverão ser executadas no exercício de 2008.

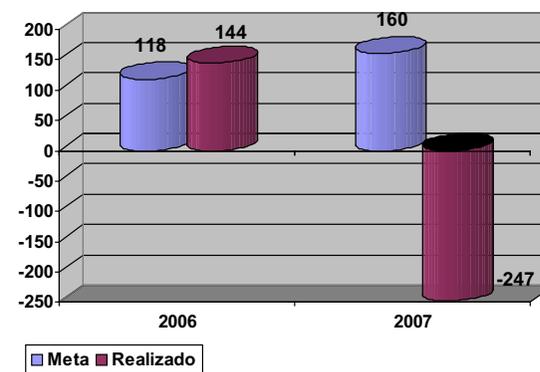
Resultado Primário – 2006 e 2007
R\$ Milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado

Analisando a estrutura das contas públicas pela ótica do endividamento, o Estado do Pará também apresentou uma situação financeira confortável. A previsão para o exercício de 2007 era que o tesouro estadual apresentasse uma dívida fiscal líquida de R\$ 2,433 bilhões, que comparada ao estoque líquido da dívida do ano anterior, registrasse um resultado nominal positivo, ou seja, em crescimento da dívida na ordem de R\$ 160 milhões. Entretanto no encerramento desse exercício, a dívida fiscal líquida registrou um montante de R\$ 1,563 bilhão e um resultado nominal negativo de R\$ 247 milhões. Diversos fatores foram fundamentais para essa dinâmica. O primeiro está relacionado à própria conjuntura macroeconômica do país, onde os principais indicadores financeiros que remuneram a dívida pública encontram-se estabilizados ou em declínios; o segundo ao cumprimento dos contratos de financiamento, o serviço da dívida vem, desde a sua renegociação em março de 1998, sendo sempre cumprido; e por fim a captação de recursos de operações de crédito, muito aquém da prevista para o exercício de 2007.

Resultado Nominal – 2006 e 2007
R\$ milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado

Comparando os resultados fiscais com o valor dos bens e serviços produzidos no Estado, o exercício de 2007, demonstra que a realização das receitas não financeiras foi superior à prevista, em relação ao PIB, havia uma estimativa de 14,79%, e ao final desse exercício, a realização registrou 17,46%. Do lado das despesas não financeiras, também apresentaram crescimento em relação à meta, atingindo 16,62% de crescimento do PIB.

O Demonstrativo também permite a análise das contas públicas através da correlação dos indicadores fiscais com o Produto Interno Bruto (PIB), nesse sentido os resultados alcançados no exercício de 2007, refletem a condução responsável dos recursos públicos. No que diz respeito às receitas previa-se que para esse ano, o total de receitas e despesas representariam 15,49% do PIB paraense, entretanto, mesmo com o crescimento desse indicador de produção de 5,3%, os recursos ingressados no Tesouro, alcançaram 17,94%, enquanto às despesas participaram com 17,18% do Produto Interno Bruto.

Os resultados primário e nominal, quando comparados ao desempenho da economia paraense, também refletiram a saúde das finanças públicas estadual. Previa-se que o superávit do tesouro representaria 0,12% do Produto Interno Bruto, entretanto, pelos fatores já mencionados acima, tanto no que diz respeito ao ingresso de recursos como na racionalização dos gastos, o resultado primário registrou ao final de 2007, 0,84% do PIB. Quanto ao nominal, o declínio do estoque da dívida, tanto consolidado quanto líquida, permitiu que a relação da dívida estadual com o Produto Interno Bruto declinasse de 7,22% para 5,94% e de 5,66% para 3,54% respectivamente.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2009**

LRF, art. 4º § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2006	2007	Var %	2008	Var %	2009	Var %	2010	Var %	2011	Var %
Receita Total	6.951.817	7.923.924	13,98	10.063.544	27,00	10.770.877	7,03	11.744.477	9,04	12.716.004	8,27
Receitas Não Financeiras (I)	6.618.298	7.711.014	16,51	9.640.270	25,02	10.382.648	7,70	11.374.484	9,55	12.432.410	9,30
Despesa Total	6.912.275	7.588.902	9,79	10.063.544	32,61	10.770.877	7,03	11.744.477	9,04	12.716.004	8,27
Despesas Não Financeiras (II)	6.678.937	7.341.005	9,91	9.610.544	30,92	10.333.054	7,52	11.298.341	9,34	12.281.013	8,70
Resultado Primário (I-II)	(60.639)	370.009	-710,18	29.726	(91,97)	49.594	66,84	76.143	53,53	151.397	98,83
Resultado Nominal	144.369	(246.763)	-270,93	366.755	(248,63)	176.578	(51,85)	(125.597)	(171,13)	(183.248)	45,90
Dívida Pública Consolidada	2.690.442	2.621.184	-2,57	2.733.111	4,27	2.878.201	5,31	2.730.778	(5,12)	2.524.700	(7,55)
Dívida Consolidada Líquida	1.809.809	1.563.046	-13,63	1.929.801	23,46	2.106.378	9,15	1.980.781	(5,96)	1.797.533	(9,25)